

**A.I. Nº** - 232849.0002/09-9  
**AUTUADO** - NATULAB LABORATÓRIO S.A.  
**AUTUANTE** - JOSÉ CARLOS DE SOUSA FREIRE  
**ORIGEM** - INFAZ SANTO ANTÔNIO DE JESUS  
**INTERNET** - 19/06/2009

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0144-03/09**

**EMENTA:** ICMS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. USUÁRIO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS. FALTA DE ENTREGA. MULTA. Fato não negado pelo sujeito passivo, que atribui a culpa pelo cometimento a terceiro e pede o cancelamento ou redução da multa. O contribuinte é responsável pela atuação das pessoas por ele eleitas para lhe prestar serviços. Com relação ao pleito do cancelamento ou redução da multa, com fundamento no § 7º do art. 42 da Lei nº 7.014/96, há que se observar que o autuado não deu nenhuma indicação de que estivesse tomando providências para se adequar à exigência fiscal. As informações das operações em meio eletrônico são importantes para facilitar o trabalho da fiscalização. Não acatado, por isso, o pedido de dispensa ou redução da multa. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 10/2/09, diz respeito a multa por infração à legislação do ICMS, em virtude da falta de entrega de arquivos magnéticos nos prazos previstos na legislação, relativos aos meses de julho a dezembro de 2006. Total das multas: R\$ 8.280,00.

O contribuinte defendeu-se alegando que a falta de entrega dos arquivos se deu por motivo de força maior, em decorrência da quebra de pacto havida entre a empresa e um terceiro contratado para a consecução do serviço de entrega dos arquivos magnéticos. Invoca sua condição de primário quanto a esse tipo de cometimento. Pondera que, como a ausência das informações não se deu por sua vontade, mas por motivo de força maior plenamente justificável, isso leva ao cancelamento ou redução das multas aplicadas, nos termos do § 7º do art. 42 da Lei nº 7.014/96. Sustenta que a situação em exame satisfaz todos os requisitos legais para o cancelamento da multa ou sua redução a patamares condizentes com a realidade fática, que foi gerada em decorrência de fato alheio à sua vontade, não tendo havido má-fé, e o fato não implicou falta de recolhimento de imposto. Pede que o Auto seja declarado nulo ou improcedente, ou que a multa seja cancelada ou reduzida.

O fiscal autuante prestou informação dizendo que o autuado alega ser primário, mas ele é contumaz nessa prática, haja vista ter recebido duas notificações, uma em julho e outra em setembro de 2008, cobrando penalidade por falta de entrega de arquivo magnético, sendo pagas em setembro e outubro daquele ano, respectivamente. Quanto à alegação de que tudo ocorreu por motivo de força maior em virtude de quebra de contrato com terceiro, o autuante contrapõe que tal alegação não justifica o fato. Conclui opinando pela manutenção das multas, com fundamento nos arts. 686 e 708-A do RICMS e na Portaria nº 460/00.

## VOTO

A autuação diz respeito a multa por infração à legislação do ICMS, em virtude da falta de entrega de arquivos magnéticos nos prazos previstos na legislação.

O autuado não nega o cometimento. Atribui a culpa a terceiro, que teria sido contratado para prestar o serviço relativo às informações em questão por meio de arquivos eletrônicos.

O contribuinte é responsável pela atuação das pessoas por ele eleitas para lhe prestar serviços.

Está bem fundamentado o pleito da dispensa ou redução da multa, com arrimo no § 7º do art. 42 da Lei nº 7.014/96. No entanto, o autuado não deu nenhuma indicação de que estivesse tomando providências para se adequar à exigência fiscal. As informações das operações em meio eletrônico são importantes para facilitar o trabalho da fiscalização. Não acato, por isso, o pedido de dispensa ou redução da multa.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232849.0002/09-9**, lavrado contra **NATULAB LABORATÓRIO S.A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento das multas por descumprimento de obrigação acessórias no valor total de **R\$ 8.280,00**, previstas no art. 42, inciso XIII-A, alínea “i”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de junho de 2009

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – JULGADORA